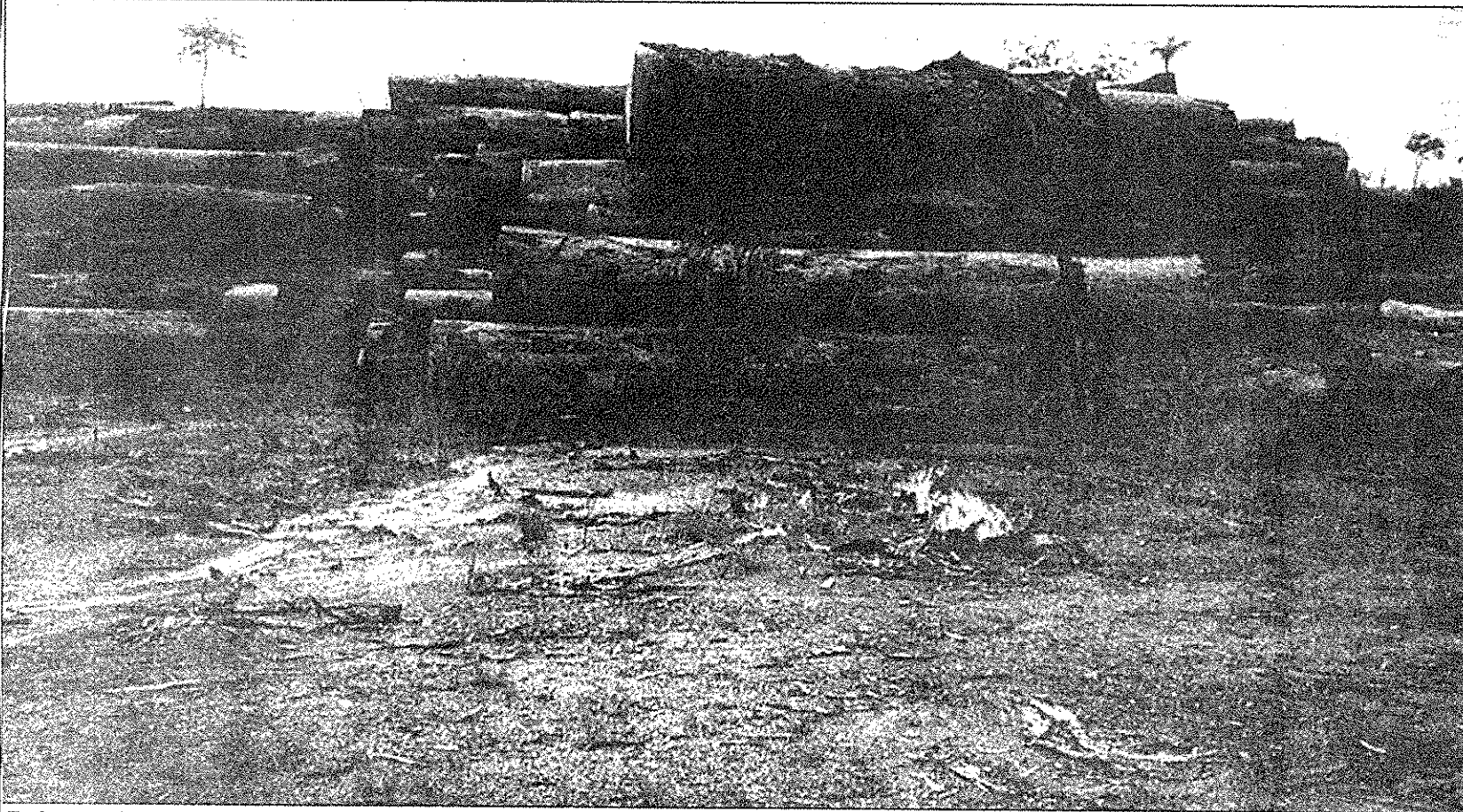


F. Lima



Toda a madeira apreendida pela Polícia Federal está estocada em São Félix do Xingu, no Pará. São 6.300 metros cúbicos de mogno empilhados

Mogno roubado dos caiapós vai a leilão

Joaquim Monteiro

A Justiça Federal realizará, no dia 13 de junho, o primeiro leilão público de madeira comercializada ilegalmente no país.

São 3.035 toras de mogno, num volume de cerca de 6.300 metros cúbicos, e mais 16 metros de linhas serradas.

Segundo a leiloeira oficial, Lúcia Borba Assunção, "toda a madeira encontra-se identificada e lacrada na cidade de São Félix do Xingu (PA)".

A avaliação inicial de preço varia entre R\$ 110,00 e R\$ 215,00 por metro cúbico.

O leilão, supervisionado pela 3ª Vara Federal, será feito às 15h, no auditório do edifício da Justiça Federal em Brasília. De acordo com os critérios estabelecidos, até lances por fax (061-322.1342) serão aceitos.

Ainda segundo a leiloeira, as mercadorias leiloadas serão pagas à vista, na ocasião. Os recursos arre-

FISCALIZAÇÃO

O número de toras de mogno que estão lacradas à espera do leilão é de

3.035

cadados, estimados em R\$ 1 milhão e 200 mil, serão revertidos aos índios caiapós, de cuja reserva foram retiradas as madeiras.

Réus — Segundo a supervisora da 3ª Vara Federal, Jane Durans, no processo movido pelo Ministério Público Federal contra a União estão citados a Companhia Vale do Rio Doce, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e 13 empresas madeireiras.

A Vale do Rio Doce e a Funai constam nos autos do processo por negligência na fiscalização do corte de madeira na região de São Félix do Xingu, área da reserva caiapó.

O juiz Sebastião Fagundes de Deus, da 3ª Vara Federal, concedeu na semana passada liminar para retirada das empresas exploradoras da região.

Vinte agentes federais e dez funcionários da Funai encontram-se na área para executar a determinação judicial.

As equipes do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da Funai estão encontrando dificuldades para retirar as madeiras, que alegam falta de dinheiro para pagar os trabalhadores.

O mogno seria comercializado nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os índios, segundo um funcionário da Funai que pediu para não ser identificado, nada receberiam pela madeira cortada nas suas reservas.